

A produção do conhecimento e o (não) lugar das pessoas trans: invisibilização e resistências

The production of knowledge and the (non) place of transgender people: invisibility and resistance

Ana Daniele Mendes Carrera
Jesyan Wilysses Oliveira Guimarães
Maria Clara Dantas Modesto
Victor Duarte Reis Sousa
Universidade do Estado do Pará - UEPA
Belém-Pa

Resumo

A partir de um estudo bibliográfico de cunho qualitativo, este artigo objetivou discutir a (re)existência trans no campo da educação, em especial, na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, espaço privilegiado de poder e de construção do conhecimento científico. Assim, constata-se um alarmante (histórico e atual) cenário de subalternização de pessoas trans nos espaços educacionais de formação e produção do saber científico, por outro lado, observa-se também rupturas nesse sistema, cisnormativo, ao passo que algumas, ainda poucas, pessoas trans começam a ocupá-lo, fazendo eclodir suas vozes, perspectivas e histórias de vida. Suas existências sociais, políticas e educacionais têm produzido resistências e epistemologias que apresentam outras (re) interpretações e interrogações sobre a realidade social e sobre o próprio modo hegemônico de produção científica, cuja racionalidade, em geral, ainda hoje, ignora e desqualifica os saberes e existências de travestis, transexuais e transgêneros/as.

Palavras-chave: Epistemologias Trans; Pesquisa em Educação; Produção do Conhecimento Científico.

Abstract

From a theoretical and bibliographical qualitative study, this article aimed to discuss the insurgency of transgender individuals in the field of education, particularly in *Stricto Sensu* Postgraduate programs, a privileged space of power and scientific knowledge construction. Thus, there is an alarming (historical and current) scenario of subordination of transgender individuals in educational spaces of formation and production of scientific knowledge; however, there are also ruptures in this, cisnormative, system as some few transgender individuals begin to occupy it, bringing forth their voices, perspectives, and life stories. Their social, political, and educational existences have produced resistances and epistemologies that present other (re)interpretations and interrogations about social reality and the hegemonic mode of scientific production itself, whose rationality, in general, even today, ignores and disqualifies the knowledge and existences of transvestites, transsexuals, and transgender individuals.

Keywords: Trans Epistemologies; Research in Education; Production of Scientific Knowledge.

Introdução

O continente latino-americano encontra-se deslocado dos centros hegemônicos de produção do conhecimento e, o Brasil e, mais especificamente, a região amazônica, cujos povos, saberes, conhecimentos, vivências e culturas, de realidades e demandas, ao mesmo tempo peculiares e diversas, ainda parecem estar distantes de uma representatividade epistemológica significativa na pesquisa científica. Em consonância com Ribeiro; Silva; Almeida (2019), admite-se que ainda estamos diante de uma desigualdade social na produção e circulação do conhecimento científico, que historicamente tem privilegiado determinados/as sujeitos/as e conhecimentos hegemônicos (homens cis brancos e heterossexuais/euro-estadunidenses) enquanto outros/as permanecem ignorados/as ou secundarizados/as.

Nesse sentido, indo ao encontro de outras ações investigativas que estamos realizando¹, e nas quais priorizamos a escuta de pessoas transgêneras acerca de suas experiências escolares e dos (não) lugares que elas têm ocupado no campo da educação, tornam-se relevantes estudos que se dediquem à problematização dos modos como as instituições de ensino, enquanto espaços generificados, que comumente desqualificam as existências, trajetórias de vida e conhecimentos dos/as estudantes que não atendem à ordem de gênero estabelecida (LOURO, 2014). Incômodas e estranhas, as existências trans têm sido identidades de gênero ininteligíveis para o espaço escolar e universitário (SANTOS; ORNAT, 2017) porque suas experiências e construções identitárias rompem radicalmente com as expectativas de gênero socialmente valorizadas.

Caminhando nessa direção é que se faz relevante pensarmos a insurgência da comunidade LGBTQIAP+ no mundo, particularmente, pensar como as existências trans e seus diferentes modos de ser, viver e ler o mundo têm, apesar de tudo, tensionado e desestabilizado a estrutura cisheteronormativas vigente no sistema educacional – escolar e universitário –, uma vez que ao ocupar esses espaços e requerer a legitimidade do reconhecimento de suas singularidades identitárias, confrontam os modelos de educação que não atendem suas expectativas, necessidades e realidades enquanto sujeitos culturais, políticos e (trans) generificados/as.

Esses debates, bem como a investigação das trajetórias de vida e educacional das “minorias” de gênero e sexualidade, compõem a agenda do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Sexualidade e Sociabilidade (JEDS), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e ao Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) da Universidade do

¹ Pesquisa em andamento vinculado ao PIBIC/UEPA.

Estado do Pará (UEPA), que reúne pesquisadores/as, professores/as e estudantes de diferentes áreas e níveis de formação – graduandos de pedagogia, história, letras, educação física, entre outros; mestrands e doutorands de educação. É na dinâmica de debates desenvolvidos nesse grupo que emerge este trabalho.

O objetivo deste texto é discutir a (re) existência de pessoas trans no campo da educação, em especial, na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, na medida em que ocupar espaço privilegiado de poder e de construção do saber científico pode subsidiar a produção de epistemologias outras que ajudem a construir uma sociedade e uma educação mais democrática às existências trans, mas não somente para elas, assim como apresentar novos contornos para a pesquisa educacional.

Para tanto, realizamos um estudo bibliográfico, ou seja, elaborado a partir de trabalhos acadêmico-científicos publicados por outros/as autores/as pertinentes à discussão, de natureza qualitativa, pois consideramos a complexidade das relações sociais para problematizar o fenômeno social investigado (FLICK, 2008), nesse caso, o (não) lugar das pessoas trans na produção do conhecimento.

Gênero, transgeneridade e cisnormatividade

Neste artigo, preocupamo-nos menos em desenvolver conceitos e mais em discutir dados que nos dizem sobre a realidade vivida por pessoas trans no Brasil que, reiteram a pertinência do debate, bem como explicitam o (não) lugar que os corpos trans são alocados na sociedade, um (não) lugar de subalternização e desumanização que impossibilita sua chegada nos níveis escolares mais altos a ponto de envolver-se com a pesquisa em educação uma vez que, com algumas exceções, a grande maioria sequer conclui a educação básica.

Situamos, no entanto, de modo objetivo, alguns conceitos centrais que orientam o debate em questão. Primeiramente, tomamos o conceito de gênero, em diálogo com Louro (2014), como uma construção histórica, social e linguística que diferencia homens e mulheres, a partir de que são estabelecidas relações de poder. Entende-se, ainda, que “as questões de gênero estão vinculadas àqueles comportamentos, atitudes e modos de ser que definimos como sendo masculinos ou femininos” (SEFFNER, 2006, p. 79), definições estas que variam de acordo com cada cultura e tempo histórico. Ao assumirmos o gênero enquanto dado cultural, rejeitamos a ideia de que homens e mulheres são “naturalmente” diferentes, bem como recusamos a perspectiva da binariedade sexual, fundada na biologia, que pressupõe a estabilidade de gênero com base no sexo biológico e divide todas as pessoas em apenas dois gêneros homem/macho ou mulher/fêmea.

Compreendemos pessoas trans ou transgêneras como aquelas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo biológico definido em seu nascimento (XAVIER, 2019), enquanto as pessoas cis ou cisgêneras são aquelas que se identificam com o gênero atribuído em seu nascimento (DUMARESQ, 2016), logo, são pessoas não transgêneras. Por fim, recorremos ao conceito de cisnormatividade, a partir de Vergueiro (2019), que o define como uma forma de organização social que posiciona a cisgeneridade como identidade de gênero “normal” e “natural” e, portanto, a identidade valorizada socialmente e aquela que deve ser desejada e expressada. Com efeito, a cisnormatividade atua através de processos (cis) normativos que produzem diferentes formas de controle, repressão e violência para garantir a “ordem natural do gênero”, sendo as experiências trans impensáveis para esse sistema, uma vez que não seguem um padrão socialmente construído e aceito. Porém, como enfatizado por Vergueiro (2019), os efeitos da cisnormatividade também agem fortemente na normatização e controle da vida das pessoas cisgêneras.

Pessoas Trans na Sociedade e Educação Brasileira

No dia 30 de dezembro de 2023, deparamo-nos com uma matéria jornalística no portal de notícias brasileiro “g1” anunciada pela seguinte legenda: “Pela 1ª vez na história, faculdade de medicina da USP forma médicas travestis em Ribeirão Preto”². Stella Guilhermina Branco Fontanetti e Louise Rodrigues e Silva são as protagonistas da matéria, que destaca que ambas passaram pelo processo de transição de gênero enquanto cursavam a graduação em medicina.

Segundo a matéria, Stella e Louise formaram-se em um curso elitista, tradicionalmente ocupado por sujeitos/grupos econômico e socialmente privilegiados, dos quais as pessoas trans definitivamente não fazem parte. Aliás, o ensino superior, de um modo geral, foi por muitas décadas um espaço “utópico” para pessoas transgêneras, especialmente, para as oriundas das classes sociais economicamente menos favorecidas. Não é preciso um esforço exaustivo para chegar a essa afirmação. Resgatemos nossas memórias e nos indaguemos: quantas vezes já fomos atendidos/as por um/a médico/a trans? Quantos/as professores/as trans tivemos ao longo de nossa trajetória educacional, seja na educação básica ou superior? Conhecemos algum/a advogado/a, enfermeiro/a, assistente social, farmacêutico/a ou administrador/a trans?

O que as respostas para essas perguntas nos dizem e o que silenciam? A façanha alcançada por Stella e Louise é a de ocuparem um espaço social, tradicional e elitista historicamente impensável para pessoas como elas, cuja identidade de gênero não se adequa

² Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2023/12/30/pela-1a-vez-na-historia-faculdade-de-medicina-da-usp-forma-medicas-travestis-em-ribeirao-preto.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ao padrão (cis)normativo. Estamos falando das travestis, homens e mulheres transexuais, pessoas transgêneras, não binárias e demais identidades de gênero que escapam da cisgeneridade.

Acostumamo-nos a ver ou a ouvir falar de travestis e mulheres transexuais se prostituindo nas esquinas das ruas, ocupando lugares e profissões que, não havendo demérito algum nisso, são desqualificadas por parte da sociedade. Mas, uma travesti médica? Como isso é possível? Afinal, contrariando as expectativas sociais, que marcadores de suas trajetórias de vida possibilitaram que chegassem aonde chegaram? Não damos conta, e nem é nossa intenção, de responder a essa indagação neste texto.

No entanto, um elemento destacado na matéria jornalística é que Louise e Stella passaram pelo trânsito de gênero durante a graduação. Isso exige considerar que ambas passaram grande parte de sua vida “experienciando, vivendo e sendo vistas enquanto pessoas cisgêneras” o que “muito as livra de diversos processos de exclusão, violência, isolamento” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p.7-8) que poderiam facilmente levá-las a um destino diferente. Sem a pretensão de reduzirmos o feito de Louise e Stella, o que estamos querendo dizer é que estamos distantes de viver uma realidade social e educacional igualitária, segura e justa em termos de diversidade de gênero e sexual no Brasil.

Concordamos com Xavier (2019) que enquanto for ínfima a escolarização da maioria das pessoas trans brasileiras, estaremos certos de que o debate sobre as questões de gênero e sexualidade no campo da educação não estará esgotado, sendo urgente e necessário a problematização da escolarização de pessoas trans, tendo em vista levantar interrogações e respostas sobre as dificuldades e desafios que estes grupos sociais enfrentam em suas trajetórias de vida e educacionais.

Dados da pesquisa realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) apontam que entre os anos de 2017 e 2022, 912 (novecentas e doze) pessoas trans e não binárias brasileiras foram assassinadas no país. Com essa marca, o Brasil ocupa, pelo 14º ano consecutivo, o *status* de país que mais mata pessoas trans no mundo, sendo, também, o país que mais consome pornografia trans. No *ranking* nacional, o estado do Pará ocupa a 8ª posição entre os estados brasileiros que mais assassinaram pessoas trans entre os anos de 2017 e 2022, somando um total de 37 vidas trans exterminadas (BENEVIDES, 2023).

Ainda sobre esses dados, somente no ano de 2022, pelo menos 151 pessoas trans tiveram suas vidas ceifadas no Brasil, sendo 131 assassinadas e as outras 20 pessoas suicidas³

^{3 3} Termo utilizado por Benevides (2023), partindo da compreensão que são as diversas formas de violência e exclusão social, motivadas pelo ódio a identidade de gênero de pessoas trans, que conduzem elas ao autoextermínio.

(BENEVIDES, 2023). Contudo, apesar de os números serem elevados o Brasil continua sofrendo com a falta de dados e/ou subnotificações governamentais atinentes aos assassinatos de pessoas trans, o que dificulta possibilidades de ações e políticas públicas de combate às violências transfóbicas.

Além disso, no contexto político e social, observa-se o aumento de ações conservadoras “antitrans” e “antidiversidade” e de propostas que visam institucionalizar a transfobia, inclusive, no âmbito escolar. Exemplo disso, são os discursos antigênero movidos por grupos neoconservadores, representados nos últimos anos pela falácia da “ideologia de gênero” e do Movimento Escola Sem Partido (MESP) (YANNOULAS; AFONSO; PINNELI, 2021).

Discursos como esses visam naturalizar os comportamentos, os desejos, as preferências, os gêneros e as sexualidades tidos como “normais” para uma criança-aluno/a, a partir de uma noção cis-heterocentrada que dita quais crianças e infâncias são (im) possíveis para o espaço escolar (COUTO JUNIOR; POCAHY; OSWALDY, 2018). Os corpos trans fazem parte, nesse contexto e para esses grupos ultraconservadores, das crianças/alunos/as impossíveis para o cotidiano escolar, que não deve ser desejado, visto, expressado, mas evitado e rejeitado.

Se considerarmos a posição de Pochay e Dornelles (2010), podemos dizer que nas instituições escolares, através de discursos, políticas e práticas educacionais, operam jogos de poder e regulação das subjetividades que tornam muito evidente quais são os sujeitos, corpos, gêneros e sexualidades que importam, socialmente prestigiados e legitimados. Na outra extremidade, em contrapartida, encontram-se os/as “desimportantes”, as abjeções, isto é, “as vidas tornadas ininteligíveis, desprezíveis, bizarras e/ou estranhas” (POCHAY; DORNELLES, 2010, p. 129) que devem ser invisibilizadas e, por vezes, até punidas. Não é difícil identificar que para os discursos, políticas e grupos neoconservadores, as vidas trans são abjetas.

O dossiê da ANTRA, também deixa evidente que dentre a diversa população trans brasileira, são as travestis e mulheres transexuais pobres, negras e periféricas que mais sofrem com as desigualdades e violências de gênero. No que diz respeito à raça/etnia, ao menos 76% das travestis e mulheres trans assassinadas no Brasil, em 2022, eram negras - pretas ou pardas (BENEVIDES, 2023), dado que demonstra a intersecção entre gênero e outros marcadores sociais da diferença como classe e raça/etnia na produção de relações (assimétricas) de poder (COLLINS; BILGE, 2021), explícita nos processos que culminam na aniquilação das existências trans.

Outros fatores comuns relacionados ao perfil das pessoas trans vítimas de violências transfóbicas no país podem ser observados nos dossiês da ANTRA, dentre os quais destacamos:

- A maior parte das vítimas é jovem, entre 13 e 29 anos;
- A maioria é negra, empobrecida e reivindica ou expressa publicamente o gênero feminino;
- Entre as vítimas, a prostituição é a fonte de renda mais frequente;
- Estéticas e aparências não-normativas são fatores de alto risco;
- Travestis e mulheres trans têm até 38 vezes mais chances de serem assassinadas do que homens trans, pessoas transmasculinas e pessoas não binárias;
- Os casos acontecem em sua maioria com uso excessivo de violência e requintes de crueldade;
- A importância e a gravidade desses crimes tendem a ser minimizadas e justificadas pela identidade de gênero, atribuindo-lhes responsabilidade por suas próprias mortes;
- Cenário de políticas institucionais antitrans favorecem o assassinato e a impunidade (BENEVIDES, 2023, p. 47-48).

Não restam dúvidas que existe um extermínio de pessoas trans no Brasil, que nega as suas existências, os direitos sociais e a própria liberdade, indo na contramão dos princípios básicos da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Nesse sentido, destacamos que existem inúmeras formas de precarização e violência simbólica das existências trans que conseguem sobreviver ao extremo ódio de uma sociedade cisnormativa, como é a sociedade brasileira.

Com relação à educação, segundo dados do Projeto Além do Arco-íris, do Instituto Afro Reggae, citados por Benevides e Nogueira (2021), estima-se que 72% da população trans não tenha concluído o ensino médio e apenas 56% esteja cursando o ensino fundamental. Além disso, somente 2% das pessoas trans estão nas universidades federais brasileiras (ANDIFES, 2019), dados que refletem a exclusão educacional dessas pessoas desde a educação básica até o ensino superior.

Estatísticas como essa reclamam pela atenção do debate sobre gênero e sexualidade no campo da educação (XAVIER, 2019), na medida em que a evasão/expulsão escolar de pessoas trans resulta, entre outras coisas, na dificuldade de conseguirem empregos formais e as desloca para lugares e posições subalternos e de extrema vulnerabilidade social. Além disso, a exclusão de uma vida educacional para as pessoas trans tem invisibilizado e inviabilizado as suas inserções nas pesquisas em educação, uma vez que a maioria delas sequer consegue finalizar a educação básica, como pontuado anteriormente.

Parece-nos evidente que o espaço escolar e, principalmente, os espaços educacionais de ensino superior não têm sido espaços possíveis para pessoas que não correspondem ao padrão e não apresentam linearidade entre sexo-gênero-sexualidade, sobretudo, para as pessoas trans (SANTOS; ORNAT, 2017). Talvez isso ajude a explicar a pouca, em comparação a outros temas consolidados no campo da educação, produção do conhecimento na Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação brasileira, em especial, na região norte, que dialoguem com pessoas trans e, principalmente, que as tenham como autoridades científicas de seus próprios saberes e narrativas.

Em levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, buscando pelos termos “transgeneridade”, “transexualidade”, “transgênero”, “trans e educação”, “trans na escola” e “transexualidade e educação”, foram localizados 32 trabalhos nos Programas de Pós-Graduação em Educação brasileiros, produzidos entre 2012 e 2022, sobre a temática. No contexto nacional, a região norte é a região com menor produção nessa temática no último decênio, sendo localizada apenas uma dissertação produzida no estado do Pará, intitulada “Transgeneridades e Heteronormatividade na Escola: tensões, desafios e possibilidades presentes nas relações pedagógicas”, defendida em 2019 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará por Mayanne Souza, sob orientação da Professora Dra. Lucélia Bassalo, participante e coordenadora respectivamente do JEDS.

Para além de ampliar pesquisas sobre diversidade de gênero na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, é preciso fomentar iniciativas e ações afirmativas que propiciem o ingresso e a permanência de pessoas trans desde a educação básica até a pós-graduação. Requerer o existir de travestis, transexuais e transgêneros/as nos espaços de produção da ciência significa reconhecer que esse coletivo pode e deve assumir a centralidade de suas narrativas e falar por si mesmo, e não mais ter suas histórias contadas apenas pela perspectiva do outro.

Entretanto, “o preconceito que surge como principal obstáculo de travestis e transexuais até a graduação ganha uma outra forma nos programas de mestrado e doutorado” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 3). Conforme as autoras, há, na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, um conjunto de dispositivos que visam desestabilizar as vozes travestis e de pessoas trans, essas frequentemente acusadas de vitimismo, coitadismo, denunciismo.

É preciso romper de uma vez por todas com o trans epistemicídio denunciado por Bruna Benevides e Débora Lee, uma vez que:

O Trans epistemicídio faz parte do contexto social de violências, genocídio e morte simbólica de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans. E reflete a desvalorização, apagamento e extermínio dos saberes referenciais das pessoas trans, das suas narrativas e contribuições para a ciência. Pesquisadoras/es trans comumente são preteridos e seus trabalhos contestados pelos

espaços acadêmicos. Além disso, há a dificuldade de poderem falar abertamente sobre aquilo que os representa, sentem e desejam, sem a interdição do poder da ciência (BENEVIDES; LEE, 2018, p.253).

Compreendemos, a partir das autoras, que romper com o trans epistemicídio exige então fazermos oposição radical a toda forma de exclusão social e educacional de pessoas trans e, para isso, é necessário criar oportunidades que garantam seu acesso e a permanência nos espaços escolares e nas universidades, reconhecê-las e valorizá-las como sujeitos/as de autoridade científica, isto é, que eles/elas podem e devem falar por si mesmos/as, e que suas existências, saberes, narrativas, histórias de vida, perspectivas têm valor e potência para a produção do conhecimento científico, neste caso, especialmente, para a pesquisa em educação.

York (2020, p. 147) não exagera ao afirmar que “os/es/as trans/travestis são os corpos mais deslegitimados da/na escola”, e apesar de toda a negação, violência, negligência e exclusão que os/es/as acomete, “serão também os responsáveis pela atualização deste lugar”. Assim, se, de um lado, temos um alarmante – histórico e atual – cenário nacional e regional de subalternização das pessoas trans dos espaços educacionais de formação e produção do conhecimento, de outro, começamos a observar rupturas nesse sistema – cisnormativo –, ao passo que algumas pessoas trans começam a conquistar espaços importantes na pesquisa e na educação, e também, no meio político, fazendo eclodir suas vozes, demandas, histórias, subjetividades e anseios a partir de que tem sido possível enxergar por perspectivas outras as relações – assimétricas – de gênero e de poder nos diferentes espaços sociais, institucionais e educacionais, bem como a rever criticamente o próprio modo hegemônico de produção de conhecimento.

Luma Nogueira de Andrade⁴, Bruna Benevides, Sara Wagner York, Thiffany Odara, Megg Rayara Gomes de Oliveira⁵ estão entre as raríssimas “exceções” que conseguiram escapar do “destino” de subalternização socialmente reservado à maioria das pessoas trans em nossa sociedade. Elas têm ocupado um importante espaço na pesquisa brasileira – no campo da educação e também dialogando com outros campos do conhecimento – levando as questões de gênero e sexualidade e suas relações com outros marcadores sociais da diferença para os debates no campo da educação. Nomes, como o de Erika Hilton, deputada federal desde 2023, também são “exceções” importantes de representatividade trans na ocupação de espaços outros, onde produzem resistência e política fazendo eclodir vozes histórica e socialmente silenciadas e invisibilizadas.

⁴ Luma Nogueira de Andrade é a primeira travesti a conseguir o título de Doutora no Brasil.

⁵ Megg Rayara Gomes de Oliveira é a primeira travesti negra a conseguir o título de Doutora no Brasil.

A política de cotas nas universidades para pessoas trans é uma medida fundamental para o enfrentamento dessa desigualdade no sistema educacional e para que possamos ir em direção à equidade de direitos. Em concordância com York (2020), compreendemos que a implementação de ações afirmativas que garantam o acesso ao direito à educação, especialmente em Programas de Pós-Graduação, faz-se uma medida necessária não apenas para as pessoas trans, mas para todas as “minorias”, sujeitos e grupos sociais que sofrem com a crise democrática e institucional que atravessamos no Brasil.

É verdade que, a partir de 2016, algumas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras adotaram políticas de ações afirmativas para democratizar o acesso de pessoas trans na graduação e na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, ainda que não tenha se estendido a todos os cursos, programas ou linhas de pesquisa (YORK, 2020). Porém, desde então, é possível identificar a adesão de outras universidades públicas às políticas de cotas para pessoas transgêneras. Entretanto, é preciso avançar e tornar as políticas afirmativas para a comunidade trans em política de Estado, uma vez que as cotas trans são adotadas pelas IES de forma independente e autônoma, tal como reitera o projeto de lei apresentado pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), em julho de 2023, ao Congresso Nacional, que reivindica a reserva de 5% das vagas das Universidades Federais para pessoas trans e travestis.

Todavia, novos horizontes parecem se abrir – ou melhor, ser conquistados – com relação à participação de pessoas trans na pesquisa em educação na Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Estado do Pará. Ao menos, é o que queremos acreditar quando, a partir da reserva de vaga a pessoas trans, temos a aprovação e classificação de uma delas no Curso de Mestrado do PPGED/UEPA, linha de pesquisa “Formação de Professores e Práticas Pedagógicas”, segundo o Edital nº 15/2023 (UEPA). Mas, voltamos a lembrar, essa não é a regra, é a exceção. Ainda há muito o que avançar, a ser debatido, reivindicado e conquistado.

Considerações finais

Enquanto as pessoas trans forem “exceções” e continuarem sendo negadas em seu direito básico de acesso e permanência na escola e da formação enquanto pesquisadores/as produtores/as do saber científico, o conhecimento não será democrático. Dessa forma, interrogamos, então: qual o lugar da população trans na pesquisa em educação no Brasil e, em especial, na região amazônica? Que conhecimentos estão sendo produzidos por esse coletivo social, dentro ou fora dos espaços formais de educação, e o que temos a aprender com as epistemologias trans? Como a escuta das vozes trans pode nos ajudar a (re)ver as relações entre gênero, sexualidade e educação, tendo em vista a construção de instituições educacionais

(escolas e universidades) com equidade e justiça social e democratização do conhecimento, considerando a diversidade de gênero e sexual?

Questionamentos como esses são necessários se quisermos romper com a estrutura social – cis-hetero –, normativa (re) produzida nas instituições de ensino, que legitima apenas os saberes, vivências e histórias de vida de pessoas cisgêneras e heterossexuais, porque se identificam com as identidades de gênero e sexual hegemônicas. Estrutura que, até muito recentemente, no meio acadêmico e científico, fez com que os fenômenos sociais, inclusive aqueles relacionados aos gêneros e sexualidades dissidentes, fossem investigados exclusivamente sob a perspectiva de pesquisadores cis e heterossexuais.

Entretanto, as existências sociais e políticas de pessoas trans têm, a partir de suas potentes reivindicações, subjetividades e narrativas, ou seja, a partir do lugar por elas ocupado no mundo, produzindo resistências e epistemologias que apresentam outras (re) interpretações e interrogações sobre a realidade social e sobre o próprio modo hegemônico de produção científica, cuja racionalidade, por muitas décadas, ignorou e desqualificou os saberes e existências de travestis, homens e mulheres transexuais, pessoas não binárias e de todas as demais identidades de gênero não normativas. Concordamos com a posição das autoras abaixo citadas:

Travestis e transexuais produzindo ciência sobre suas existências é uma forma de assumir de uma vez por todas que um saber é sempre posicionado e que nós temos um lugar de onde podemos falar com autoridade e sermos reconhecidas por isto (BENEVIDES; LEE, 2018, p. 254).

Referências

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**. FONAPRACE: Uberlândia, 2019.

BENEVIDES, Bruna (Org.). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENEVIDES, Bruna; LEE, Débora. Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes travestis, transexuais e demais pessoas trans. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 252-255, 2018.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê: assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed editora, 2009.

JUNIOR, Dilton Ribeiro Couto; POCAHY, Fernando; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. Crianças e infâncias (im) possíveis na escola: dissidências em debate. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 55-74, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PICOLI, Bruno Antonio; RADAELLI, Samuel Mânica; TEDESCO, Anderson Luiz. Anti-intelectualismo, neoconservadorismo e reacionarismo no Brasil contemporâneo: o movimento escola sem partido e a perseguição aos professores. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 58, p. 48-66, 2020.

POCAHY, Fernando. Um corpo entre o gênero e a sexualidade: notas sobre educação e abjeção. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 12, n. 2, p. 125-135, 2010.

RIBEIRO, Geize Kelle Nunes; SILVA, Wender Faleiro da; ALMEIDA, Juliano da Silva Martins de. Educação e desigualdade social na atualidade: uma discussão a partir do conceito de pensamento abissal. **Revista Profissão Docente**, v. 19, n. 41, p. 1-13, 2019.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Marcio Jose. Vivências de travestis e pessoas trans em espaços educacionais de nível superior no sul do Brasil e a constituição de suas múltiplas espacialidades. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11, 2017.

SANTOS, Antônio Raimundo. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

SEFFNER, Fernando. Cruzamentos entre gênero e sexualidade na ótica da construção da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s). *In*: SOARES, Guiomar Freitas; SILVA, Meri Rosane Santos da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Corpo, gênero e sexualidade**: problematizando práticas educativas e culturais. Rio Grande: Ed. FURG, 2006. p. 76-84.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. *In*: MESSEDER, Suely; CASTRO, Mary Garcia; MOUTINHO, Laura (Orgs.). **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, p. 249-270, 2016. p. 249-270.

XAVIER, Gláucia do Carmo. Transexualidade no Ensino Médio: desafios e possibilidades. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 5, n. 1, p. 79-95, 2019.

YANNOULAS, Silvia. Propuestas político-pedagógicas neoconservadoras: falacias de la “ideología de género” y del movimiento “escuela sin partido”. **Debate Público**, v. 11, n. 21, p. 65-81, 2021.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n.3, p. 1-12, 2020.

SOBRE OS AUTORES

Ana Daniele Mendes Carrera

Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), na linha de Saberes Culturais e Educação na Amazônia. Possui Mestrado em Educação na linha de Formação de Professores e Práticas Educativas (PPGED/UEPA). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia com pesquisa na área de Gênero, Feminismos, Educação, Práticas Educativas e Formação de Professores. Membro editorial da Revista Cocar. Membro dos Grupos de Pesquisa sobre Juventude, Educação, Gênero, Sexualidade e Sociabilidade (JEDS/UEPA) e sobre Gênero, Feminismos e Sexualidades (GEFES/UEPA). Bolsista CAPES.

E-mail: a.danielemendes@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1150-3079>

Jesyan Wilysses Oliveira Guimarães

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA), vinculado à linha de pesquisa “Formação de Professores e Práticas Pedagógicas”. Graduado em Educação Física pela UEPA. É membro do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero, Sexualidade e Sociabilidade (JEDS/UEPA). Bolsista CAPES.

E-mail: jesywil02@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8058-8278>

Victor Duarte Reis Sousa

Graduando transexual de Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado do Pará (UEPA). Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Juventude, Educação, Gênero, Sexualidade e Sociabilidade (JEDS/UEPA). Atualmente é bolsista PIBIC/CNPQ.

E-mail: victor.drsousa@aluno.uepa.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3540-5685>

Maria Clara Dantas Modesto

Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Membro do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero, Sexualidade e Sociabilidade (JEDS/UEPA). Atua como voluntária em Projeto de Iniciação Científica.

E-mail: maria.cdmodesto@aluno.uepa.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9486-9036>

Recebido: 10/08/2023

Aprovado: 18/10/2023